
Laurenice Veloso¹
Rosana Katia Nazzari²

**A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL
NA DÉCADA DE 1990**

RESUMO: A questão da distribuição de renda merece destaque especial por tratar-se de um problema que o Brasil, em toda a sua história, não conseguiu resolver. Sabe-se, porém, que, mesmo sem uma distribuição de renda eqüitativa, o país mantém elevadas taxas de crescimento. Contudo, o Brasil nunca chegou a ser um país desenvolvido e somente chegará a esse nível se adotar políticas que visem à desconcentração de renda promovendo bem-estar e ampliação da qualidade de vida para todos os segmentos da população.

PALAVRAS-CHAVE: distribuição de renda; concentração da renda; desigualdade.

SUMMARY: The subject of the distribution of income deserves special prominence for treating of a problem that Brazil, in all his history, didn't get to solve. It is known however that, even without a distribution of equal income the country maintains high growth taxes. However, Brazil never got to be a developed country and it will only arrive at that level if it adopts politics to seek the lack of concentration of income promoting well being and enlargement of the life quality for all of the segments of the population.

KEYWORDS: distribution of income; concentration of income; inequality.

Data de recebimento: 13/04/04. Data de aceite para publicação: 14/06/04 .

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel. Endereço eletrônico: laurenice@unioeste.br.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Colegiado de Ciências Econômicas da Unioeste - Campus de Cascavel, pesquisadora e líder do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Avançadas em Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Endereço eletrônico: knazzari@certto.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo destaca-se a distribuição de renda no Brasil, que se configura entre as piores do mundo, mesmo considerando que 80% das riquezas estão concentradas em 20% da população mundial. Se o Brasil for comparado com outros países nesta questão da concentração da riqueza, percebe-se que ocupa uma das primeiras colocações, até frente à Zâmbia, ao Quênia e ao Paraguai, que possuem rendas *per capita* muito inferiores à brasileira (Ramos; Vieira, 2001).

Nesta direção, este tema está na pauta dos estudos das ciências econômicas na atualidade, no sentido de contribuir com o conhecimento de pontos importantes dos problemas brasileiros, já que a distribuição de renda desigual faz com que se amplie a exclusão social e a miséria. Assim, a distribuição de renda no Brasil mostra-se um problema estrutural sério e que os governantes não conseguiram resolver nas últimas décadas, sempre privilegiando as minorias e alimentando a exclusão social.

A estabilização econômica conseguida pelo Plano Real, que, a princípio, parecia reduzir as desigualdades, configurou-se em estagnação econômica ao final da década de 1990, delineada por elevados índices de desemprego e pela fragmentação do tecido social. Nesta direção, a década de 1990 mostra-se um período privilegiado para se estudar os movimentos da distribuição de renda, visto que, neste período, se ampliaram os problemas socioeconômicos no Brasil.

Assim o objetivo geral deste estudo é o de analisar a distribuição de renda no Brasil na década de 1990. Os objetivos específicos são: a) analisar como evoluiu a distribuição de renda na década de 1990 e b) verificar as conseqüências da distribuição de renda para a economia e sociedade brasileiras.

A partir dos objetivos propostos, o estudo ora apresentado busca entender a distribuição de renda no Brasil na década de 1990. E, para operacionalizar a presente pesquisa a reflexão crítica foi pautada em duas partes, uma de natureza teórica e outra de natureza explicativa.

A análise da desigualdade será desenvolvida a partir de duas medidas tradicionais: o coeficiente de Gini e o índice de Theil, que são indicadores consagrados na literatura. Porém, esses índices não serão construídos, apenas citados. O coeficiente de Gini revela o grau de concentração de renda de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas). Quanto mais o valor se aproxima de 1, maior o grau de

concentração e quanto mais o valor se aproxima de zero, amplia-se a justiça social. O coeficiente de Gini é importante para definir o grau de desigualdade de uma estrutura de distribuição de renda, bem como indicar graus de desigualdade entre estratos, ou ainda, indicar a evolução das estruturas de distribuição de renda de uma mesma economia ao longo do tempo, ou, em resumo, para medir o grau de concentração de dada distribuição estatística. Este índice é obtido por meio da curva de Lorenz³. Aumentado a concentração da renda, cresce a curvatura da curva, isto é, a área entre a curva e a linha que passa a 45° aumenta. A curva de Lorenz pode ser definida como uma reta de eqüidistribuição, que teoricamente será uma linha de perfeita igualdade de distribuição.

O índice de Theil apesar de ser menos utilizado, é o índice que mede as desigualdades entre os décis⁴. Este indicador é mais sensível aos valores de rendas mais elevadas. Ele pode ser decomposto e com isso atribuir a um fator ou outro (idade, educação, sexo, etc.) sua responsabilidade sobre a concentração da renda. Esta medida de desigualdade é usada apenas para análise da distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas.

2. DIMENSÕES DE ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), o Brasil, nas últimas décadas, seguiu uma tendência de desigualdade na distribuição de renda e de elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social, que excluiu parte significativa de sua população do acesso e condições materiais básicas de dignidade e cidadania.

O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

A pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as

³ Lorenz - estatístico americano que representou pela primeira vez graficamente a distribuição de renda em 1905, evidenciando os diferentes graus de concentração das estruturas de repartição de renda.

⁴ Decil: cada uma das dez partes iguais em que se divide uma determinada população, ordenadas segundo um atributo preestabelecido. No Brasil, cada decil corresponde a aproximadamente 16 milhões de habitantes.

referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. A origem dessa pobreza não reside na escassez de recursos, mas na má distribuição desses recursos. Salientam, ainda, que “[...] o país vive numa perversa simetria social em que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias e os 50% mais pobres possuem cerca de 10% da renda”, segundo Barros; Henriques e Mendonça (2001, p. 18).

Conforme esses autores, apesar da evidente importância da redistribuição de renda para o combate à pobreza no Brasil, os únicos mecanismos utilizados para reduzir a pobreza resultam do crescimento econômico. Porém, esta estratégia responde pela ineficácia no combate à pobreza ao longo das últimas décadas no país. Também Rocha (2000, p. 16) observa que o Produto Nacional Brasileiro é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos, de modo que a pobreza resulta da má distribuição de renda. Segundo essa autora, “[...] evitar o agravamento da pobreza depende tanto de intervenções sobre o mercado de trabalho, objetivando tornar a reestruturação produtiva menos penosa para os mais pobres, como políticas de transferência de renda”.

O gasto social no Brasil atinge cerca de 20% do PIB (Produto Interno Bruto). É evidente que a persistência da pobreza não está vinculada a uma insuficiência do gasto público. A tarefa essencial consiste em melhorar a eficiência do gasto social e priorizar sua focalização nos mais pobres, atuando tanto por meio de medidas assistenciais que apenas amenizam os sintomas presentes da pobreza, como por meio daquelas que têm o potencial de romper de forma definitiva o círculo vicioso da pobreza (Barros; Mendonça; Duarte, 1997).

De acordo com Barros, Mendonça e Duarte (1997), reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico ou o declínio no grau de desigualdade. Este fato é uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas se centram na busca do crescimento e da igualdade. A desigualdade de renda no Brasil concentra-se na camada superior da distribuição, ou seja, entre os 10% mais ricos da população.

Conforme Barros e Mendonça (1995), o processo de evolução da desigualdade de renda no Brasil vem num ritmo contínuo desde a década de 1960, porém com intensidade diferente, sendo que, nos anos 1960, a camada mais afetada foi a classe média, já nos anos 1980 as

camadas mais pobres foram as que mais sofreram. Neste sentido, para Ramos e Vieira (2001), a desigualdade de rendimentos no Brasil permaneceu em patamares elevados nos últimos 20 anos. Após ter apresentado uma trajetória de degradação nos anos 80, com elevação tanto do coeficiente de Gini quanto do índice de Theil, houve melhora na década de 1990, mesmo que modesta, após o Plano Real. Porém, os níveis observados em 1999 foram os mesmos de 1981, evidenciando que a realidade distributiva brasileira permanece pautada por uma desigualdade e deve ser enfrentada pelo Estado e pela sociedade.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), “[...] em 1999 havia 14,5% (22 milhões de pessoas) da população brasileira vivendo em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34,1% (53 milhões) com renda inferior à linha de pobreza”. Totalizando, cerca de 30% da população no Brasil é considerada pobre. Se comparado a outros países de renda *per capita* semelhantes, esse total seria 10%. “Com esta renda o Brasil deveria ter 8% de pobres [...]”, isso demonstra a má distribuição dos recursos existentes. “Essa desigualdade, mantida estável nas últimas décadas, é a principal determinante da pobreza no país” (Barros, Henriques; Mendonça, 2001, p. 03).

Segundo Quadros e Antunes (2001), os segmentos mais penalizados pela concentração de renda são também os mais afetados pelo desemprego. Este seria o principal mecanismo de concentração de renda na década de 1990. Portanto, as transformações ocorridas nesta década só aumentaram a participação dos mais ricos na renda declarada.

Para Rosseti (1991), a desigualdade de renda sempre existiu e ainda existe em todas as sociedades, variando somente em grau. É um fato que ocorre independente do nível de desenvolvimento alcançado por uma dada sociedade. Entretanto, países com desenvolvimento tardio apresentam uma concentração de renda maior, ou seja, os mais ricos possuem uma proporção mais alta da renda agregada e os mais pobres uma proporção bem inferior.

Segundo Bonelli e Ramos (1993), o grau de concentração de renda no Brasil teve uma elevação quase contínua de 1960 a 1990. Sendo bem maior o grau na década de 1960 do que nas de 1970 e 1980. A tendência de crescimento da desigualdade parece não ter sido afetada pelas mudanças econômicas ocorridas neste período. Nas décadas de 1960 e 1970, a desigualdade cresceu, dentro de um contexto macroeconômico favorável. E na década de 80, a desigualdade se elevou,

porém num contexto desfavorável, quando a renda *per capita* permaneceu estagnada.

Como observa Pochmann (2002), para o fim da pobreza são necessários dois compromissos por parte de toda a população. O primeiro compromisso é político em torno do crescimento econômico. O Brasil precisa voltar a crescer a uma taxa de 6 a 7% ao ano, nos próximos dez anos, para combater o problema da pobreza e o desemprego. O segundo é o compromisso com um conjunto de reformas sociais: reforma tributária (é preciso fazer com que os ricos paguem impostos); a reforma fundiária; e a reforma social que possibilite o desenvolvimento de um estágio de bem-estar social através de espaços públicos que atendam às necessidades da maior parte da população brasileira.

3. A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Existe uma grande relação entre concentração de renda e política econômica. Nesse sentido, o Brasil representa um interessante estudo de caso devido às enormes mudanças na concentração de renda que ocorreram paralelamente a alterações e variações no desempenho macroeconômico. A década de 1980 e o início dos anos 90 tornaram evidente a responsabilidade da inflação pela redução da renda dos mais pobres, seja pela falta de acesso ao mercado financeiro, seja pelo fato de os reajustes salariais obtidos estarem sempre defasados em relação à inflação, o que reduzia o poder de compra dos mesmos. Os mais ricos, por sua vez, por terem acesso a aplicações no mercado financeiro, que garantiam não só o repasse da inflação, mas enormes ganhos acima dela, foram capazes de se proteger da corrosão inflacionária e muitas vezes aumentar sua parcela na renda nacional.

A inflação, ao aumentar a desigualdade entre pobres e ricos, tornou-se um elemento adicional além da recessão e do desemprego para explicar o aumento da pobreza nesse período. Foi a falência dos programas de estabilização dos anos 80 e do início dos anos 90 a causa principal do aprofundamento dos problemas sociais no Brasil, pois além de gerar a instabilidade crônica da economia, aumentou a desigualdade.

Com o Plano Real, em 1994, ocorreram mudanças significativas que permitem estabelecer períodos distintos em sua evolução. Nos primeiros 18 meses, seus resultados foram bastante positivos em várias

frentes: ocorreu uma desinflação progressiva, interrompendo-se o processo hiperinflacionário que desestabilizava intensamente a economia; o nível de atividade acelerou-se, ampliando o emprego e reduzindo as taxas de desemprego; a renda apresentou um crescimento que há muito não se via no cenário econômico; a distribuição de renda desconcentrou-se e a pobreza diminuiu, principalmente após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995.

No entanto, essa fase de prosperidade foi rapidamente interrompida, após o enfrentamento da primeira crise gerada pela sobrevalorização da moeda nacional. Em março de 1995, para interromper uma fuga de capitais provocada pela crise do plano de estabilização mexicano, o governo adota medidas recessivas (corte no crédito e choque de juros), além de uma mudança no regime cambial. Os efeitos dessas medidas foram imediatos sobre o comportamento do emprego e da produção industrial, que inicia uma longa queda, mas demoraram em atingir os outros setores, devido ao intenso crescimento do PIB, que chega a mais de 10% no primeiro trimestre de 1995 (cf. DIEESE, 2002).

O quadro se modifica a partir de 1996. Por um lado, a desinflação continua, mas, por outro, a trajetória de crescimento e desconcentração da renda é interrompida. O desemprego passa a evoluir de forma dramática e agrava-se a cada choque de juros adotado. A estabilidade monetária não é acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica, pois o nível de atividade passa por várias mudanças abruptas. Em outubro de 1997, novo choque de juros é realizado para manter a política de sobrevalorização da moeda, abalada pela crise asiática. Passado esse momento, menos de um ano depois, a crise da moratória russa atinge novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo segue o mesmo caminho e procede, a partir de novembro, a nova alta da taxa de juros. Desta vez, a política não funcionou e a fuga de capitais não foi interrompida. Mas os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do plano, o rendimento médio dos ocupados passa a regredir e o desemprego supera os recordes dos últimos 15 anos.

Os novos acordos com o FMI, em 1999, foram caracterizados pela absorção do ajuste cambial.⁵ Houve um salto nos preços e taxas de inflação (devido ao aumento do dólar), que se, por um lado, não apresentam evolução explosiva, por outro são suficientes para corroer

⁵ A variação do dólar refletida na dívida em títulos indexados ao câmbio e ajustes da dívida externa.

os salários de forma significativa, que assim voltam rapidamente aos níveis reais anteriores ao Plano Real. Também se inicia a construção de uma nova âncora da estabilização, através da política monetária orientada por metas inflacionárias. Desta forma, uma nova fase da política econômica é inaugurada, caracterizada por uma reforma tributária que atualmente está na fase de ajuste no Congresso Nacional (DIEESE, 2002).

A taxa de crescimento do PIB *per capita* recua no triênio 1994/96, e tem pequena elevação em 1997 e volta a cair significativamente em 1998. O programa de governo apresentado durante a campanha eleitoral de 1994 previa dobrar o salário mínimo em quatro anos. Entretanto, desde maio de 1994 até maio de 1999, o crescimento real do salário mínimo foi de cerca de 19% (DIEESE, 2002).

O salário mínimo e os demais rendimentos nele baseados foram perdendo progressivamente o poder efetivo de compra ao longo da década de 1990, porque não vêm sendo submetidos a reajustes. Assim, pode-se observar que, além da inflação, outro fator que contribuiu com a distribuição desigual da renda na década foi o baixo valor do salário mínimo.

A década de 1990 se inicia sob o comando do presidente Collor (1990-92). Neste período ocorre a abertura quase que total da economia, até então relativamente protegida. Foram tomadas medidas como: eliminação das restrições administrativas; redução das tarifas alfandegárias; redução das taxas de importação; isenções fiscais, linhas de crédito e subsídios. Bem como foi produzida uma desregulamentação comercial e financeira e implementadas privatizações e mínima interferência do Estado, características da política neoliberal pregada pelo Consenso de Washington (Encontro de novembro de 1989 do *Institute for International Economics*). Essas medidas trouxeram uma série de conseqüências (negativas) para a economia brasileira (DIEESE, 2002).

A partir de 1990 o país entra em uma recessão econômica, quando o PIB cai cerca de 4,3% e a produção industrial cerca de 8,2%, continuando em queda nos dois anos seguintes. As taxas de investimento se mantiveram entre 15% e 16% do PIB (no período 1990-92). Esses e outros motivos, principalmente a corrupção, acabaram levando ao pedido de *impeachment* e à conseqüente renúncia de Collor (DIEESE, 2002).

Com a saída de Collor, assume o vice Itamar Franco, que, após algumas trocas de ministros da Fazenda, nomeia o senador Fernando Henrique Cardoso para a pasta. Começa, então, a criação das condições

para a adoção de um novo plano de estabilização (Plano Real), com o objetivo principal de reduzir as taxas inflacionárias. Durante o governo de Itamar Franco (1992-94), o Brasil apresentou taxas de crescimento econômico de 4,2% em 1993 e 5,8% em 1994 (IBGE, 2002).

Em janeiro de 1995 assume o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a inflação já em queda e a moeda estabilizada. Resultados do Plano Real, que indiscutivelmente, trouxe benefícios ao país, mas possibilitou conseqüências não benéficas (desemprego, alta da taxa de juros).

Outro fator importante na política econômica adotada durante a década de 1990 diz respeito ao destino da renda gerada no país. A renda gerada por habitante passou a ser, ano a ano, desde o início do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, cada vez mais comprometida com o pagamento da dívida externa e com o saldo negativo das transações comerciais com o exterior, e, portanto, cada vez menos gasta com consumo ou investimento e poupança, dificultando o crescimento do país. Neste sentido, observa-se que a estrutura e a evolução da distribuição de renda na década de 1990 no Brasil levaram a pobreza à maioria da população e ampliaram os privilégios das minorias ricas, assim demonstrando que não é uma questão de falta de recursos, mas tão somente da péssima distribuição desses recursos.

Cabe ressaltar o fato de que, nesse período (1994-97), ocorreu um crescimento com melhora na distribuição de renda brasileira. Os décimos mais inferiores da população, que até então experimentaram os menores ganhos de renda do período inflacionário, passam a apresentar os maiores ganhos de renda, e, à medida que se caminha para a cauda superior da distribuição, os incrementos de renda vão lentamente se reduzindo. Portanto, todos os décimos da população apresentam ganhos absolutos de renda, o que levou a uma certa melhora do bem-estar social e redução da pobreza (Barros; Henriques; Mendonça, 2001).

Especificamente no período compreendido entre 1993 e 1995, mudanças importantes ocorreram no rendimento das pessoas. Houve um ganho real expressivo, que se deu de maneira mais acentuada para os décimos inferiores da distribuição da renda. Assim, seu desempenho dobrou, passando o rendimento médio de R\$ 28 em 1993 para R\$ 56 em 1995. E, no segundo décimo, esse aumento foi da ordem de 46%. Esses aumentos no rendimento causaram impactos diretos na redução da pobreza: a proporção de pobres passou de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993 para 33,3% (49 milhões de pessoas) em

1995. E o número de indigentes passou de 19,5% em 1993 (27 milhões de pessoas) para 14,6% em 1995, ou seja, 22 milhões de pessoas (IBGE, 2002).

É possível afirmar que toda essa melhoria distributiva foi proporcionada pela estabilização econômica, quando ocorreu uma diminuição do imposto inflacionário, pela viabilização do crédito e pelo aumento da demanda por trabalhadores, resultando em aumentos de rendimentos e consumidores. Porém, os índices distributivos começaram a se alterar negativamente em 1997. O aumento das tarifas públicas, as elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central e o esgotamento da capacidade de endividamento dos consumidores são alguns dos fatores que se encarregaram de reverter o efeito distributivo, proporcionado pela estabilização econômica. Podem-se citar também as crises internacionais, que, com a globalização, afetam todo o mundo.

Em 1998, ano de eleições, o governo adia algumas reformas e continua mantendo o câmbio valorizado e a economia estagnada. No início de 1999, a crise cambial coloca a estabilização em risco e o governo teme não conseguir mantê-la. Assim, ao longo da década, o saldo da balança comercial foi quase sempre deficitário. O endividamento interno e externo só crescia, por conta dos juros altos e de altos gastos públicos. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001), a dívida externa cresceu, no período 1994-99, cerca de 65,59%. O país gastou cerca de US\$ 70,05 bilhões de dólares no pagamento de juros até junho de 1999. Mas o governo dependia do capital estrangeiro e especulativo para fechar o balanço de pagamentos e via-se obrigado a lançar títulos públicos para enxugar a liquidez da economia. O governo então decide desvalorizar o Real, o que provocou impactos sobre os rendimentos dos trabalhadores (7,1% de perda com relação ao ano anterior - 1998).

Tabela 1 - Índice de Theil e Coeficiente de Gini para a distribuição da renda - 1990/1999

ANO	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
GINI	0,602	0,571	0,600	0,589	0,584	0,584	0,575	0,567
THEIL	0,812	0,768	0,643	0,730	0,752	0,732	0,727	0,720

Fonte: IBGE- PNDA's. Observação: Esses índices se referem à população econômica ativa ocupada.

Segundo o IBGE (2002), ao analisar o coeficiente de Gini e o índice de Theil ao longo da década de 1990, nota-se que estes mantiveram uma tendência de queda. O coeficiente de Gini para a

distribuição de renda passou de 0,602 em 1990 para 0,567 em 1999. Isso significa que ficou praticamente estável. Já o índice de Theil passou de 0,768 em 1990 para 0,72 em 1999 (como mostra a Tabela 1).

Toda a redução sofrida no coeficiente de Gini pode ser também explicada, não pela melhoria da renda dos mais pobres, mas, sim, pela perda generalizada no rendimento real da população. Esta desconcentração foi possível porque as maiores perdas atingiram os 10% mais ricos, ou seja, a perda real dos rendimentos foi diluída por todas as classes.

No índice de Theil, que analisa a distribuição da renda entre as pessoas economicamente ativas observou-se uma alteração positiva a partir de 1995, voltando a subir nos anos seguintes, atingindo um certo equilíbrio se for analisada a década em um contexto geral. E pode-se notar uma estabilidade, sem melhorias na distribuição da renda em sua totalidade.

Mesmo a distribuição da renda apresentando tendência desconcentradora, o índice de Gini apresenta-se muito elevado em comparação a outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento (com PIB mais baixo que o brasileiro), segundo o relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997, do Banco Mundial (2002), para países classificados como de baixa renda como a Índia. No entanto, na década de 1990, o rendimento médio do brasileiro cresceu 41,8% (IBGE, 2002), com a queda da inflação, que antes funcionava como um imposto que pesava sobre os mais pobres, que não tinham como se defenderem dela, contrariamente aos mais ricos, que se protegiam através de aplicações financeiras.

Segundo Barros, Henrique e Mendonça (2001), para que o Brasil tenha seu número de pobres reduzido para cerca de 15% da população, é necessário que haja taxas de crescimento contínuas da renda *per capita* da ordem de 3% ao ano durante 25 anos. Mas só crescimento econômico não significa distribuição de renda (cf. Tabela 2).

Segundo Barros, Henrique e Mendonça (2001) pode-se verificar, por meio da Tabela 2, os indicadores de desigualdade de renda ao longo da década de 1990, bem como a proporção de renda apropriada por grupos populacionais e a distribuição baseada na renda familiar *per capita*. Os indicadores revelam que o grau de desigualdade de renda se manteve no mesmo patamar no período 1993-99 (Gini 0,60). Apesar de os índices de pobreza terem diminuído e de o PIB *per capita* ter se elevado em comparação com outros países, o País continua sendo um dos de pior distribuição de renda do mundo.

Tabela 2 – Evolução dos indicadores e da desigualdade de renda na década de 1990 – segundo PNAD's no Brasil

Ano	Gini	Theil	40 ⁻	50 ⁻	10 ⁺	5 ⁺	1 ⁺	20 ⁺ /20 ⁻	10 ⁺ /40 ⁻
1990	0,62	0,78	7,3	11,3	49,1	35,8	14,2	31,2	26,9
1992	0,58	0,70	8,4	13,1	45,8	33,0	13,2	26,7	21,8
1993	0,609	0,781	7,9	12,3	48,6	36,6	15,0	28,8	24,5
1995	0,605	0,743	8,0	12,3	47,9	34,6	13,9	28,0	24,1
1996	0,607	0,741	7,7	12,1	47,6	34,1	13,5	29,8	24,6
1997	0,607	0,749	7,8	12,1	47,7	34,0	13,8	29,2	24,5
1998	0,606	0,746	7,6	12,0	48,0	34,3	13,9	29,6	24,2
1999	0,60	0,723	7,8	12,3	47,4	33,7	13,3	27,2	23,3

Fonte: Barros, Henrique e Mendonça (2001). Observação: A distribuição utilizada foi a de domicílios segundo a renda domiciliar *per capita*.

A concentração de renda é evidente. Os 20% mais ricos se apropriam de uma renda em média entre 26 e 32 vezes maior do que os 20% mais pobres; os 10% mais ricos dispõem de uma renda que oscila entre 21 e 27 vezes acima do valor da renda obtida pelos 40% mais pobres da população brasileira. Sendo que os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias, ao passo que os 50% mais pobres detêm 10% dessa renda, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001).

O Brasil apresenta-se com os coeficientes de Gini e Theil muito elevados quando comparados a outros países, que muitas vezes apresentam uma renda *per capita* muito inferior à brasileira, porém, com o índice de Gini mais reduzido e, portanto, com melhor distribuição e renda (cf. Tabela 3).

Os resultados acerca da evolução da distribuição de renda no Brasil na década de 1990 apontaram para uma gradativa desconcentração desta, mesmo que de maneira muito modesta. Ainda assim pode-se verificar, na comparação entre o Brasil e outros países selecionados, que ostentamos uma das piores distribuições de renda do mundo.

Tabela 3 - Os 10% mais ricos e sua participação na renda em países com as piores distribuições de renda do mundo

Países	Part. No total da Renda	Coefficiente de Gini	PIB per capita – US\$ em 1995
1º Brasil	50,0%	0,634	3.640,00
2º Zâmbia	46,4%	0,462	400,00
3º Quênia	45,8%	0,575	280,00
8º Malásia	39,8%	0,484	3.890,00
11º Sri Lanka	34,7%	0,301	700,00
13º Índia	33,6%	0,338	340,00

Fonte: Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (1997) Banco Mundial. Obs.: Os índices de Gini são referentes aos anos de 1989 a 1994. O brasileiro é de 1989.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram observadas evidências de que o problema da pobreza no Brasil não está na geração de renda, mas o está justamente na má distribuição desses rendimentos, já que o país é classificado pelo Banco Mundial como um dos países de renda média alta. Entretanto, pode-se concluir que houve crescimento importante do rendimento real das pessoas, embora se tenha concentrado nos primeiros anos do Plano Real, tanto por causa de um desempenho econômico favorável quanto pelo sucesso do plano de estabilização monetária. Esse aumento de renda permitiu aumento de consumo, bem como a facilitação do crédito aumentou o acesso aos bens duráveis, o que fez aumentar o bem-estar de milhões de pessoas na década de 1990. A queda do número de pobres e indigentes foi visível, cerca de 12 milhões de pessoas nos anos 1990. No entanto, essa queda se concentrou, também, nos primeiros anos da implantação da nova moeda e sua conseqüente estabilização monetária.

Contudo, a desigualdade se manteve praticamente estável, com o coeficiente de Gini se mantendo cerca de 0,60 na maior parte da década. Foi observada uma relação causal entre as políticas monetárias governamentais e os problemas de distribuição de renda, bem como uma relação entre o grau de riqueza relativa do país diante do cenário mundial, o baixo desenvolvimento e a má distribuição de renda. Nesta direção, a sociedade brasileira juntamente com os governos (federal, estadual e municipal) precisa buscar maneiras para a diminuição da desigualdade de renda, distribuição sem a qual serão necessárias décadas de forte crescimento para que o Brasil possa apresentar um quadro social semelhante ao de alguns países com renda média parecida.

Será um longo caminho na busca por uma distribuição de renda igualitária. A tarefa primordial consiste em melhorar a eficiência do gastos social, que já é alto, e priorizar a sua focalização para os mais pobres, atuando por meio de medidas que visem à melhoria do sistema educacional, políticas de emprego e programas de garantia de renda, tais como: renda mínima, bolsa-escola, entre outros. Incentivando e criando condições para a superação da desigualdade e exclusão, investindo em capital humano, social e sustentável, pode-se esperar o desenvolvimento futuro do Brasil.

5. REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. *Publicações e reportagens - dados e estatísticas*. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em 30 de novembro de 2002.
- BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane S. P. de. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Texto para Discussão n° 800 - IPEA. Rio de Janeiro, 2001.
- BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane S. P. de. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Texto para Discussão n° 377 - IPEA. Rio de Janeiro, 1995.
- BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane S. P. de; DUARTE, Renata P. N. *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Texto para Discussão n° 454 - IPEA. Rio de Janeiro, 1997.
- BONELLI, Regis; RAMOS, Lauro. *Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70*. Texto para Discussão n° 288 - IPEA/DIPES. Rio de Janeiro, 1993.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos. *Relatórios*. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em 30 out. 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de dados*. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso no dia 25 out. 2002.
- POCHMANN, Márcio. Palestra proferida no *Fórum Brasil em Questão*. Realizada na Universidade de Brasília, 20 de março de 2002.
- QUADROS, Waldir J. de; ANTUNES, Davi José N. *Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa*. Cadernos do CESIT 30. Campinas, 2001.
- RAMOS, Lauro R. A.; VIEIRA, Maria L. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Texto para Discussão n° 803 - IPEA. Rio de Janeiro, 2001.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Texto para Discussão n° 721 - IPEA. RJ, 2000.
- ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
— www.unioeste.br —
REVISTA VARIA SCIENTIA
Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber

VARIA
SCIENTIA